

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2025**  
**UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 985 /2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 15/4/2024

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, responsável pela execução da política pública de assistência social no município, identifica uma necessidade contínua e multifacetada de garantir o fornecimento regular de lanches prontos à população atendida em suas diversas frentes de atuação, bem como no apoio logístico e estrutural a eventos oficiais vinculados à esfera social do Poder Executivo Municipal. A demanda por lanches prontos surge tanto no contexto das ações dos equipamentos da política de assistência social, como na dinâmica de organização de eventos e atividades coordenadas pela Secretária e Primeira-Dama, que frequentemente envolvem acolhimento institucional de visitantes, participação popular em solenidades e encontros formais da gestão.

No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destaca-se a Unidade de Acolhimento Institucional, onde a alimentação de crianças e adolescentes afastados de seus núcleos familiares por determinação judicial constitui dever direto e indelegável do poder público, conforme determina o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e os artigos 1º e 6º da Constituição Federal. Nessa unidade, os lanches compõem a rotina alimentar dos acolhidos, juntamente com as demais refeições providas pela administração.

Já na Proteção Social Básica, são realizadas rotineiramente ações presenciais com famílias referenciadas nos CRAS, participantes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, beneficiários do Programa Bolsa Família e integrantes do Programa Criança Feliz, entre outros grupos acompanhados pelos serviços da rede socioassistencial. Durante tais encontros, oficinas e reuniões coletivas, a oferta de lanche tem se consolidado como uma prática administrativa que favorece a permanência dos usuários, reduz os efeitos da insegurança alimentar presente em diversos territórios e contribui para o ambiente de acolhimento e pertencimento necessário à efetividade das ações socioassistenciais. Muitos participantes comparecem às atividades em situação de privação material severa, e a ausência de alimentação inviabilizaria sua permanência nas atividades, prejudicando o alcance dos objetivos programáticos.

Além dessas situações, a Secretaria promove, ao longo do ano, capacitações, campanhas educativas, ações intersetoriais, mutirões de atendimento, escutas públicas e outros eventos com diferentes públicos e demandas. Em todos esses contextos, os lanches ofertados cumprem função de apoio à permanência dos presentes, com enfoque na logística dos eventos e na viabilização da participação de pessoas que muitas vezes não teriam condições de arcar com despesas relacionadas à alimentação.

Cabe ainda destacar que os lanches também são destinados a eventos organizados diretamente pelo Gabinete através da Secretária Cátia Bonin, os quais frequentemente integram a agenda institucional da municipalidade, como solenidades, recepção de autoridades e delegações técnicas, atividades do gabinete itinerante durante a Expovizinhos, seminários, conferências, capacitação de servidores, eventos cívicos e inaugurações. Nesses casos, a disponibilização de lanche é compreendida como parte do protocolo institucional e do planejamento de recepção,



sendo imprescindível para a boa condução dos atos públicos e para a adequada representação do Município de Dois Vizinhos junto a sua população e aos entes externos.

A ausência de suporte alimentar nesses diversos contextos compromete não apenas o planejamento e a execução das ações sociais, mas também a qualidade da política pública como um todo, ao reduzir a capacidade de adesão dos usuários, gerar desconforto operacional e fragilizar a imagem institucional da gestão. Por isso, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania reconhece a necessidade concreta de estruturar um modelo contínuo e legalmente respaldado para a disponibilização de lanches prontos, de forma compatível com a realidade administrativa, com a diversidade dos eventos realizados e com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. Trata-se de uma demanda legítima e documentada, que exige resposta formal e estruturada do Poder Executivo.

#### **ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**

A contratação está prevista no PAC 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024, atualização: 25/10/2024
- III) Id do item no PCA: 3138 a 3149
- IV) Classe/Grupo: serviços de fornecimento de comida.
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-210/2025

#### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Devido à natureza da contratação, como qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de bens com características semelhantes ao objeto desta contratação;
- b) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário em plena validade.

#### **ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)**

As quantidades estimadas para compra, levam em conta o histórico de requisições e contratações desta Secretaria, bem como uma reformulação dos números de alguns itens, uma vez que recentemente foi feita uma revisão de todos os descritivos dos produtos, sendo que alguns sofreram mudanças de gramatura, o que impacta nas quantidades.

#### **LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

Diante da necessidade contínua e diversificada de fornecimento de lanches no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, realizou-se uma análise criteriosa das alternativas disponíveis no ordenamento jurídico e no mercado regional, com o objetivo de identificar a solução mais adequada do ponto de vista técnico, econômico e legal para atender às especificidades da política pública de assistência social. Inicialmente, considerou-se a contratação direta de um fornecedor único por meio de procedimento licitatório convencional, como pregão eletrônico, para fornecimento global de gêneros alimentícios. No entanto, essa modalidade mostrou-se tecnicamente inadequada frente à dinamicidade das ações da Secretaria, à imprevisibilidade de demandas e à descentralização dos pontos de entrega. As ações desenvolvidas na rede socioassistencial exigem fornecimentos fracionados, com flexibilidade de datas, cardápios e locais, o que não se compatibiliza com um contrato rígido, fechado em lotes únicos e com um único fornecedor. Além disso, a centralização da demanda em uma única empresa poderia gerar riscos à continuidade do serviço em caso de inadimplência contratual, além de dificultar a adesão de fornecedores locais de pequeno porte.

Outra alternativa analisada foi a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil, nos moldes previstos pela Lei nº 13.019/2014, por meio de termos de colaboração ou fomento. Contudo, essa hipótese revelou-se inviável em razão da ausência, no município, de



entidades privadas sem fins lucrativos com estrutura logística, técnica e sanitária suficiente para assumir de forma contínua e segura o fornecimento de alimentação em diversas frentes da política de assistência social. As poucas entidades existentes na cidade, embora relevantes em sua atuação social, dependem majoritariamente de doações e de ações pontuais para se manterem, não possuindo equipe técnica regular, instalações adequadas nem controle sanitário exigido para fornecimento de alimentos em larga escala e com regularidade. Além disso, ainda que tais entidades existissem, a utilização desse modelo transferiria ao terceiro setor uma obrigação que é essencialmente do poder público, em especial no que diz respeito à alimentação de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, o que configuraria desvio da finalidade legal e desresponsabilização estatal.

A possibilidade de viabilizar o fornecimento por meio de doações de supermercados, panificadoras e estabelecimentos privados também foi considerada. No entanto, tal alternativa mostrou-se completamente incompatível com o princípio da continuidade do serviço público. Doações são atos voluntários, sem qualquer garantia de regularidade, padronização ou qualidade, além de dependerem de excedentes ou campanhas específicas. A política pública de assistência social não pode se sustentar em práticas filantrópicas incertas, tampouco submeter suas atividades essenciais à eventualidade da boa vontade privada, sob pena de grave omissão administrativa e violação de direitos fundamentais. O fornecimento de lanches, nesses termos, exige contrato formal, responsabilidade definida e fiscalização permanente, o que não é possível mediante mera doação.

Foi ainda considerada a hipótese de aquisição direta de gêneros alimentícios pela própria Secretaria, com posterior montagem dos lanches pelas equipes internas. Contudo, essa alternativa foi descartada por ser operacionalmente inviável. A Secretaria não possui infraestrutura física adequada para armazenamento refrigerado e climatizado, tampouco conta com equipe de apoio qualificada e disponível para manuseio, preparo, montagem e distribuição diária dos lanches em diferentes pontos da cidade, observando critérios sanitários e nutricionais. A adoção desse modelo exigiria investimentos consideráveis em recursos humanos, frota, estrutura física e equipamentos, além de aumento de carga de trabalho para equipes já sobrecarregadas, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

Diante do exposto, conclui-se que a alternativa mais viável, segura, eficiente e compatível com os princípios da administração pública é a adoção do modelo de **credenciamento de fornecedores de lanches prontos**, com fornecimento sob demanda, de forma descentralizada e conforme cronograma e especificações técnicas a serem estabelecidas pela Secretaria. Esse modelo, previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo art. 79 do Decreto Federal nº 11.246/2022, permite a contratação de múltiplos fornecedores, mediante chamada pública e critérios objetivos de habilitação, garantindo maior capilaridade, flexibilidade de fornecimento e fomento à economia local. A remuneração dos credenciados será feita apenas pela efetiva entrega, conforme a necessidade concreta da política pública, assegurando compatibilidade com a sazonalidade das ações da assistência social e permitindo controle rigoroso da qualidade e do custo. A experiência de outros municípios da região, inclusive, aponta o credenciamento como solução amplamente testada e eficaz, especialmente em realidades onde a rede de assistência é territorializada e diversificada, como é o caso de Dois Vizinhos.

Essa escolha também promove a participação de micro e pequenas empresas locais, inclusive aquelas optantes pelo Simples Nacional, desde que atendam aos critérios sanitários e técnicos definidos no edital. Ao mesmo tempo, garante o cumprimento dos princípios da impessoalidade, da economicidade, da continuidade do serviço e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Trata-se, assim, de uma solução juridicamente segura, tecnicamente adequada, economicamente viável e socialmente comprometida com os objetivos da política de assistência social municipal.

Cabe salientar que além dos eventos da Secretaria de Assistência Social e Cidadania esta contratação embarcará os eventos que são organizados pela Secretária, capacitação, seminários,



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

encontros que contemplam a participação de servidores, gabinete itinerante na expovizinhos, inaugurações e solenidades feitas através do Gabinete do Prefeito.

**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)**

Estima-se o valor da contratação em R\$ 1.129.330,00 (um milhão, cento e vinte e nove mil, trezentos e trinta reais).

**DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)**

A solução consiste no credenciamento de empresas especializadas para o fornecimento eventual, conforme demanda, de lanches prontos, incluindo salgados fritos e assados, mini pizzas, esfihas, sanduíches, doces variados e bolos recheados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos nas atividades da rede socioassistencial, abrangendo acolhimento institucional, encontros de grupos, oficinas, eventos e demais ações vinculadas à Proteção Social Básica e Especial. O fornecimento será realizado mediante chamadas conforme cronograma e especificações técnicas da Administração, com entrega direta nos locais indicados e conforme cardápios previamente definidos. A adoção do modelo de credenciamento permite a habilitação contínua de fornecedores que atendam aos requisitos legais e técnicos, viabilizando maior capilaridade, flexibilidade, qualidade dos produtos ofertados e efetivo cumprimento dos objetivos da política pública, com pagamento vinculado exclusivamente à efetiva prestação dos serviços.

**JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)**

A adoção do parcelamento da contratação justifica-se pela diversidade de itens a serem fornecidos, que apresentam características distintas quanto à composição, conservação, acondicionamento, periodicidade de consumo e especificidades técnicas. Os produtos abrangem desde salgados fritos e assados, mini pizzas, esfihas, sanduíches e doces até bolos recheados, cada qual com particularidades de armazenamento, prazo de validade e logística de entrega. O fracionamento da contratação em grupos de produtos ou categorias afins permite melhor planejamento por parte da Administração, facilita a organização do fornecimento conforme a demanda real e evita perdas decorrentes do vencimento ou deterioração dos alimentos. Além disso, essa estratégia amplia a competitividade e a participação de empresas de pequeno porte e fornecedores locais especializados em segmentos específicos, sem comprometer a padronização e a qualidade dos itens. O parcelamento também está em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, assegurando o atendimento integral das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania com maior controle, flexibilidade e segurança no fornecimento.

**DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021)**

Com a presente contratação, espera-se garantir o fornecimento contínuo, seguro e adequado de lanches prontos durante a realização das atividades, encontros, oficinas, eventos e demais ações promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, assegurando o atendimento digno e a permanência qualificada de crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade nas diversas instâncias da rede socioassistencial. Os resultados esperados incluem: o fortalecimento do vínculo entre usuários e serviços, o aumento da adesão às atividades ofertadas, a redução dos impactos da insegurança alimentar nos territórios atendidos e a efetivação do acolhimento institucional com oferta regular de alimentação adequada. A contratação viabilizará ainda maior eficiência no uso dos recursos públicos, por meio de planejamento conforme demanda, minimização de desperdícios, estímulo à economia local e



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

garantia de qualidade dos produtos fornecidos. Os bens e serviços objeto desta contratação, por suas características amplamente padronizadas, especificações técnicas usuais de mercado e facilidade de comparação entre propostas, enquadram-se na definição de serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, o que permite julgamento objetivo, ampla competitividade e simplicidade processual.

**PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)**

Não foram identificadas providências a serem tomadas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

**CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

**POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Embora o fornecimento de lanches prontos não configure, em si, uma atividade de significativo impacto ambiental, é possível identificar efeitos indiretos decorrentes de etapas como o transporte dos produtos, o uso de embalagens descartáveis e o descarte de resíduos alimentares. Entre os principais impactos potenciais estão: o aumento na geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens plásticas, papelão e isopor; a emissão de gases poluentes em razão do consumo de combustíveis fósseis durante a logística de entrega; e o risco de descarte inadequado de alimentos vencidos ou deteriorados, caso ocorram erros de cálculos nas quantidades a serem compradas com possível contaminação do solo e da água. Como medidas mitigadoras, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania adotará práticas de controle rigoroso no recebimento e no armazenamento dos produtos, garantindo a observância dos prazos de validade e das condições sanitárias, com o objetivo de reduzir desperdícios. Sempre que possível, será priorizada a contratação de fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis, bem como a recomendação de práticas de redução de volume de material não reciclável. Os resíduos alimentares e embalagens serão destinados à coleta seletiva municipal, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), podendo também ser estabelecidas parcerias com instituições locais para o reaproveitamento orgânico ou compostagem de resíduos, conforme a viabilidade técnica e sanitária.

**CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)**

A contratação mostra-se plenamente viável, adequada e necessária para garantir a continuidade e a efetividade das ações executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, considerando a demanda recorrente por fornecimento de lanches prontos em atividades da rede socioassistencial. A análise técnica demonstrou que a solução por meio de credenciamento é a mais compatível com a natureza descentralizada, territorializada e dinâmica da política de assistência social, permitindo flexibilidade, economicidade, ampla





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

participação de fornecedores locais e pagamentos condicionados à efetiva prestação dos serviços. A contratação atende aos princípios da eficiência, da economicidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, além de observar as exigências legais quanto à proteção da dignidade dos usuários, à segurança alimentar e à continuidade dos serviços públicos. Diante da necessidade identificada, das alternativas analisadas e da compatibilidade com os marcos normativos vigentes, conclui-se pela viabilidade da contratação por credenciamento, como medida juridicamente segura, tecnicamente justificada e socialmente indispensável ao cumprimento dos objetivos da política pública de assistência social no município.

**Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;**

Se trata da prestação de serviços de fornecimento de lanches.

**Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**

Modalidade Procedimento Auxiliar: Credenciamento, Art. 79º, inciso I

Critério de julgamento: Habilitação.

**Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;**

**Atestado de Capacidade Técnica:** A exigência de atestado de capacidade técnica encontra-se devidamente motivada diante da necessidade de assegurar que os fornecedores credenciados possuam experiência prévia na prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente no que tange ao fornecimento de lanches prontos, em variedade e quantidade semelhantes às demandadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Considerando que os alimentos serão destinados a públicos em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, é imprescindível que os fornecedores demonstrem, por meio de documentação idônea, que detêm estrutura logística, operacional e organizacional apta a realizar entregas frequentes, pontuais, com padrão mínimo de qualidade e sem comprometer a segurança alimentar dos usuários. O atestado garante maior segurança à Administração quanto à capacidade de atendimento das condições estabelecidas no termo de referência, prevenindo riscos de inadimplemento, fornecimento irregular ou entregas em desacordo com as especificações técnicas.

**Licença Sanitária:** A apresentação de licença sanitária válida é uma exigência que visa assegurar que os fornecedores estão em conformidade com as normas de saúde e segurança alimentar estabelecidas pelos órgãos competentes. A inclusão de itens alimentícios requer rigor no cumprimento de padrões sanitários para evitar contaminações e prejuízos à saúde dos beneficiários. Essa exigência também assegura que os fornecedores possuem instalações adequadas, sejam elas para armazenamento ou manuseio dos produtos, promovendo a confiança na qualidade dos alimentos entregues.



**Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual**

Risco Identificado	Dano Potencial	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Inadimplemento ou atraso nas entregas	Desabastecimento em atividades e eventos, prejudicando o atendimento de usuários e a execução das ações socioassistenciais.	Exigência de cronograma detalhado, definição prévia dos prazos de entrega e aplicação de penalidades no edital e contrato.	Substituição do fornecedor inadimplente por outro credenciado; acionamento emergencial de outro fornecedor; formalização de termo de ocorrência e aplicação de penalidades.
Fornecimento de produtos fora do padrão	Risco sanitário, prejuízo à saúde dos usuários, descarte de alimentos impróprios e quebra da confiança institucional.	Estabelecimento de critérios objetivos de qualidade e validade no termo de referência; exigência de licença sanitária e fiscalização no ato do recebimento dos produtos.	Rejeição imediata dos produtos; substituição às expensas do fornecedor; comunicação à Vigilância Sanitária e formalização de advertência ou suspensão.
Oscilação de preços no mercado alimentício	Risco de abandono do fornecimento ou questionamentos sobre equilíbrio econômico-financeiro por parte dos credenciados.	Atualização periódica da estimativa de preços com base em pesquisas de mercado confiáveis; definição de valores referenciais realistas no edital de credenciamento.	Reavaliação do valor credenciado e possibilidade de reequilíbrio, conforme parâmetros legais; abertura de novo credenciamento com novos preços atualizados.
Dificuldades logísticas dos fornecedores	Atrasos, entregas incompletas ou fora do padrão de acondicionamento exigido, especialmente em localidades periféricas ou com menor acesso.	Verificação de capacidade logística mínima durante a habilitação; exigência de entrega conforme cronograma e locais previamente definidos.	Redistribuição das entregas para outros credenciados; planejamento de remanejamento interno em caráter excepcional; notificação e substituição do fornecedor.
Estocagem inadequada por parte da administração	Perda de alimentos por vencimento, deterioração ou contaminação, gerando desperdício	Organização logística de entregas fracionadas de acordo com a capacidade de armazenamento da	Readequação do cronograma de entregas; redistribuição imediata dos



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	de recursos públicos e comprometimento da qualidade dos serviços.	Secretaria; controle de prazos de validade.	produtos a outros pontos de consumo ou instituições parceiras.
Baixa adesão ao credenciamento	Número insuficiente de credenciados, dificultando a cobertura de todas as demandas e locais de atendimento do município.	Ampla divulgação do edital, com estruturação clara dos lotes e inclusão de micro e pequenas empresas com critérios acessíveis.	Reabertura de edital de credenciamento; flexibilização de critérios não essenciais e mobilização direta de fornecedores locais previamente identificados.

**Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.**

Tendo em vista a natureza da contratação, todo o processo terá caráter aberto

Dois Vizinhos, 15 de abril de 2025.

Cátia Bonin  
Secretária de Assistência Social e Cidadania  
Responsável pela Elaboração do ETP  
Matrícula Funcional 19025-1